

Governo Regional quer lançar missões turísticas ao Espaço a partir dos Açores

O Governo Regional acaba de divulgar a “Estratégia dos Açores para o Espaço”, um documento com 36 páginas, a que o nosso jornal teve acesso, e que resulta de um processo participativo que envolveu a Administração Pública regional, as empresas e a academia.

“Este documento constitui-se, também, como base para a recolha das opiniões dos parceiros relevantes, a nível regional, nacional, europeu e internacional, com o objetivo de desenvolver uma estratégia abrangente e inclusiva que, partindo das infraestruturas e projetos relacionados com o Espaço existentes na Região, desenvolva um plano de médio e longo prazo para expansão do seu contributo sectorial para o desenvolvimento económico, científico e social dos Açores, acrescentando, ao mesmo tempo, aos objetivos nacionais neste domínio”, lê-se no referido documento.

Gabinete Técnico dos Açores para o Espaço

Depois de enumerar uma série de objectivos e visões estratégicas para a implementação da indústria espacial nos Açores, o Governo Regional afirma que vai criar uma entidade exclusivamente dedicada à gestão das actividades espaciais e aeroespaciais na Região.

Esta entidade terá como atribuições, entre outras:

a) Exercer em pleno o conjunto dos poderes, prerrogativas e responsabilidades que derivam da Autonomia Política e Administrativa da Região no tratamento deste sector económico.

b) Servir enquanto departamento “One Stop Shop” para o licenciamento, incentivos e aspectos regulamentares da criação de tais actividades na Região.

c) Prestar apoio a todos aqueles que procuram estabelecer ou desenvolver actividades aeroespaciais nos Açores.

d) Coordenar e aumentar a eficiência, agilidade e flexibilidade da resposta da Administração Regional às activida-



Governo considera que é um nicho de mercado com elevado valor acrescentado e que poderá criar emprego local

des aeroespaciais da Região.

e) Fomentar iniciativas de disseminação e educação científica para o Espaço a todos os níveis da Região e em cooperação com parceiros nacionais e internacionais, para o segmento do Ensino Superior.

f) Acompanhar a execução da Estratégia dos Açores para o Espaço e desenvolver um programa de divulgação e educação espacial e aeroespacial na Região.

Conselho para a Liderança Espacial

Ainda de acordo com o documento, a par com o Gabinete Técnico dos Açores para o Espaço, o Governo dos Açores irá também instituir o Conselho para a Liderança Espacial (CLE).

O CLE será instituído para aconselhar o Governo dos Açores na implementação da EAE e do seu futuro Plano de Implementação e monitorizar os seus impactos.

O CLE será presidido pelo Presiden-

te do Governo dos Açores e assumirá a forma de uma parceria entre Governo, empresas, associações empresariais e industriais relevantes, parceiros sociais e entidades internacionais, universidades e unidades de investigação, assumindo a Universidade dos Açores um natural papel de destaque.

Terá uma abordagem de 2 tipos: regulamentar e comercial.

A abordagem regulamentar centra-se no desenvolvimento de programas e actividades governamentais, em conformidade com a legislação regional, nacional e internacional existente. A abordagem comercial centra-se na procura e apoio a investimentos e projectos privados, de forma autónoma, mas complementar às estratégias espaciais nacional e europeia.

O Governo dos Açores compromete-se, neste documento, a alocar fundos específicos e mecanismos de apoio para impulsionar as actuais e futuras actividades aeroespaciais na Região.

O Governo dos Açores diz que pretende ainda alavancar o potencial da

contratação pública para ajudar a crescer o sector espacial através do desenvolvimento de utilizações e aplicações em prol dos principais sectores económicos dos Açores.

Missões turísticas espaciais e criação de emprego local

Entre as várias prioridades enunciadas no documento, o Governo sublinha o desenvolvimento de infraestruturas de acesso ao espaço nos Açores como uma prioridade da EAE.

“Os Açores oferecerão um processamento ágil destes processos, bem com um pacote articulado de condições, locais seguros e benefícios fiscais e financeiros atraentes, quer para o lançamento de pequenos satélites ou cargas até 500Kg, quer enquanto base de missões turísticas espaciais”, lê-se no documento.

Pretende-se atrair actores relevantes da indústria deste sector com contributos positivos para a economia regional.

No que diz respeito ao turismo espacial, tendo em conta as infraestruturas existentes nos Açores, a Região poderá tornar-se um local de partida e de regresso para HTOL, complementando assim a oferta turística existente na Região, com um nicho de mercado de elevado valor acrescentado.

O desenvolvimento de infraestruturas de acesso ao Espaço pode trazer um contributo sólido e sustentável para a economia dos Açores através da criação de empregos locais qualificados e permanentes relacionados com a cadeia de abastecimento, gestão, operações e manutenção. Esta será a chave para o sucesso de um verdadeiro Cluster Industrial e Científico na Região. Simultaneamente, os portos espaciais podem também ter um forte impacto no turismo e vão colocar os Açores sob os holofotes do mundo, com o conseqüente aumento da visibilidade, afirma ainda o documento a que tivemos acesso.

Estudo revela várias ilhas com potencialidades para portos de acesso ao Espaço

O documento sublinha que os Açores têm, não só uma localização geográfica altamente atrativa, mas também ótimas condições de segurança para a instalação de portos de acesso ao Espaço, tanto para descolagem vertical (VTOL) como para descolagem horizontal (HTOL).

“Estudos internacionais realizados por universidades e indústria identificaram o potencial para instalação de portos de acesso ao Espaço VTOL nas ilhas das Flores, Pico, Terceira e Santa Maria e o potencial para o HTOL a

partir das ilhas Terceira e Santa Maria”, revela o documento.

O acesso ao Espaço também é condicionado pela existência de detritos e satélites activos em órbitas próximas da Terra, os quais somam actualmente mais de um milhão de objectos.

Por este motivo, a detecção, rastreio e catalogação é também uma área fundamental no acesso ao Espaço, por serem críticos para operações espaciais próximas da Terra e para os cidadãos.

O seu mapeamento e catalogação é

uma prioridade para os departamentos de Defesa, tanto da UE como dos EUA.

As características únicas dos Açores em termos de localização, reduzida poluição luminosa e reduzido tráfego aéreo são fortes argumentos para instalar sensores adicionais de monitorização de detritos espaciais na Região.

O programa Europeu SST já está a monitorizar objectos a partir dos Açores e continuará a financiar mais actividades durante a próxima dé-

cada, novos radares, telescópios ópticos e software de operações. A ilha Graciosa foi pré-seleccionada para a instalação de um novo sensor óptico, trazendo benefícios económicos para a ilha, e a ilha de Santa Maria receberá a breve trecho um novo equipamento da norte-americana Leo Labs para fins semelhantes.

A EAE identifica o mapeamento de objectos espaciais e a sua catalogação com uma das suas mais importantes prioridades, com especial ênfase no contexto do programa Europeu SST.